

Reforma administrativa não prioriza melhoria do desempenho do serviço público

Especialistas ouvidos pela Comissão Especial que analisa a reforma administrativa (PEC 32/2020), durante audiência realizada no dia 05/08, afirmaram que a proposta mira a avaliação dos servidores de maneira individual e não o desempenho do serviço público. Como a PEC também abre espaço para que pessoas de fora do serviço público atuem como gestores públicos, a situação se agrava ainda mais, porque as metas poderão mudar de maneira aleatória.

O presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil, Ismar Viana, afirma que há o risco de o servidor ser culpado pela falta de condições de trabalho caso a avaliação fique focada apenas no desempenho do indivíduo.

Ele também acredita que ao incentivar a livre indicação para cargos públicos, a proposta de reforma administrativa vai induzir à rotatividade no serviço público. "Ela vai de alguma forma impulsionar também o amadorismo, o despreparo na prestação do serviço público. Isso na contramão daquilo que se quer hoje, que são decisões pautadas em dados e evidências. Como eu vou conseguir dados com agentes públicos sem qualificação alguma? Então, eu vou acabar impulsionando decisões aleatórias", avalia.

Ismar Viana argumentou ainda que a nova Lei de Licitações e a Lei do Governo Digital se baseiam em ambientes íntegros e confiáveis no serviço público e em corpos técnicos permanentes, tudo com o objetivo de evitar a corrupção.

Já o professor da Fundação Dom Cabral, Humberto Martins disse que é importante ter líderes comprometidos com o serviço público para que a gestão funcione. "A PEC está muito focada em gestão de pessoas e o faz também de uma maneira razoavelmente reducionista. É preciso tratar a gestão de desempenho, que é mais ampla", defendeu.

Resultados

Para o coordenador da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União, Fernando Freitas, a reforma administrativa proposta pelo governo tem foco no ajuste fiscal, na possibilidade de demitir servidores e reduzir salários; o que, segundo ele, não deveria ser o objetivo principal. Ele lembrou que a Constituição já prevê lei complementar para a avaliação dos servidores e que vários entes federativos já fazem essa avaliação.

A Professora da Fundação Dom Cabral, Renata Vilhena afirmou, porém, que as avaliações atuais não funcionam. "O que é feito hoje é um processo de avaliação de desempenho, um processo burocrático no qual a maioria das pessoas recebe nota máxima. Um processo que não mede se as pessoas realmente estão desempenhando bem as suas tarefas", disse.

Renata defendeu a reforma no sentido de melhorar a cobrança de resultados pelos servidores. Segundo ela, a remuneração deveria ser variável conforme estes resultados.

O deputado Rogerio Correia (PT-MG) lamentou que a proposta não fale em qualificação do servidor. Ele também criticou a regulamentação da avaliação de desempenho por lei ordinária, em vez de lei complementar. "O governo poderá editar uma medida provisória que vai permitir a estados, municípios e União demissão em massa e a substituição por servidores que serão não estáveis", alertou.

Votação pode ser em agosto

Os trabalhos da comissão podem se encerrar já no próximo dia 19. Se esse cenário se confirmar, a votação da matéria pelo plenário da Câmara ocorrerá já em agosto, como vem sinalizando o presidente da Casa legislativa, Arthur Lira (PP-AL).

No entanto, a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público solicitou formalmente ao deputado Fernando Monteiro (PP-PE), que preside o colegiado, mais debates. O bloco apontou a necessidade de discussão de pelo menos mais sete itens.

Tribunal de Contas da União dá 15 dias para governo apresentar estudos que embasam a PEC 32/2020

O Tribunal de Contas da União (TCU) deu 15 dias para o governo federal apresentar os estudos e a metodologia de cálculo que fundamentam as projeções de impacto fiscal da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, da reforma administrativa. Publicada no dia 2 de agosto, a notificação pede que o Ministério da Economia e a Casa Civil encaminhem os documentos técnicos que apontem a redução de gastos públicos, no longo prazo, da ordem de R\$ 300 bilhões a R\$ 816 bilhões, em caso de aprovação da proposta.

O prazo foi dado pelo ministro Raimundo Carreiro, do Tribunal de Contas da União (TCU), em despacho publicado na última quarta-feira. A contagem começa a partir da intimação da Casa Civil da Presidência da República e do Ministério da Economia.

Distorção de dados

Ainda em junho, representantes de entidades que também integram a frente parlamentar se reuniram com o relator. Na ocasião, eles ressaltaram "distorções encontradas recentemente pelo TCU" durante a apreciação das contas do governo. E afirmaram que as informações "apontaram para a manipulação de dados dos regimes previdenciários dos servidores civis e militares", sendo, segundo eles, "utilizados pelo governo para justificar a reforma da previdência em 2019".

O governo não tem esses estudos. Assim como não conseguiu demonstrar até agora em que medida a PEC 32/2020 melhora o serviço público. Essa proposta não pode ser aprovada. Desde o envio da PEC 32/2020 ao Congresso que representantes dos servidores vem denunciando que a proposta não melhora e não aperfeiçoa em nada a oferta de serviços públicos. Ao contrário: ela piora o serviço público e diminui a oferta à população no momento em que o país mais precisa de serviços de boa qualidade.

Correios: 31 deputados federais de MG votaram pela privatização da estatal

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quinta-feira (05/08), o projeto de lei apresentado pelo presidente Jair Bolsonaro que abre caminho para a privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, os Correios. A proposta foi aprovada com 286 votos favoráveis, 173 contrários e 2 abstenções. E mais uma vez contou com os votos de 31 dos 53 deputados mineiros. Deputados esses, que frequentemente vem votando contra o povo e a soberania nacional. Precisamos denunciar esses parlamentares em suas bases, pois com certeza, não são dignos de nos representar.

Confira os deputados federais mineiros que votaram a favor da proposta:

Zé Silva (Solidariedade)	Euclides Pettersen (PSC)
Tiago Mitraud (Novo)	Fábio Ramalho (MDB)
Stefano Aguiar (PSD)	Franco Cartafina (PP)
Aelton Freitas (PL)	Fred Costa (Patriota)
Aécio Neves (PSDB)	Gilberto Abramo (Republican)
Alê Silva (PSL)	Greyce Elias (Avante)
Bilac Pinto (DEM)	Hercílio Diniz (MDB)
Charles Evangelis (PSL)	Igor Timo (Podemos)
Delegado Marcelo (PSL)	Junio Amaral (PSL)
Diego Andrade (PSD)	Lafayette Andrada (Republicanos)
Dimas Fabiano (PP)	Lucas Gonzalez (Novo)
Domingos Sávio (PSDB)	Marcelo Álvaro (PSL)
Dr. Frederico (Patriota)	Misael Varella (PSD)
Eduardo Barbosa (PSDB)	Paulo Abi-Ackel (PSDB)
Emidinho Madeira (PSB)	Pinheirinho (PP)
Eros Biondini (PROS)	

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

- **07/08** - Plenária Nacional da Condsef/Fenadsef;
- **09/08** – Assembleia Geral Extraordinária dos empregados da Conab.